ALIMENTOS — DESCONTO EM FÓLHA DE SERVIDOR INATIVO

— Não pode constituir razão suficiente para recusa do pagamento ao alimentário, ordenado judicialmente, o fato de não ter vindo receber o inativo os vencimentos a que tem direito.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCESSO N.º 130.455-44

Ofício do Juiz de Menores solicitando desconto na folha de pagamento do aposentado Quirino de Sousa, em favor do menor Nilo de Sousa. — Proceda-se de acordo com o parecer da P.G.

2. Restitua-se o processo à D.D., para os devidos fins. — *Paulo Lira.*

PARECER

I — À Diretoria da Despesa Pública, endereçou o Juiz de Menores do Distrito Federal os ofícios de fls. 1, 4 e 6, autorizando providenciar no sentido de ser feito, em favor de certo menor e a partir de maio de 1944, o desconto mensal de Cr\$ 240,00, como prestação alimentícia devida por um contínuo já em inatividade.

II — Pelo Decreto-lei n.º 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, que deu organização à justiça do Distrito Federal, ao juiz da Vara de Menores compete, especialmente, processar e julgar os pedidos de pensão de alimentos devidos a menores abandonados pelos pais (art. 51, n.º VII).

III — São de caráter inadiável as dívidas provenientes de pensões alimentícias, que a legislação brasileira cerca de privilégios excepcionais.

A esse respeito, de modo particular, dispõe o Código do Processo Civil para assegurar pronta e eficaz execução das sentenças que arbitrarem as prestações de alimento, as quais, segundo a lição de Clóvis Beviláqua, importam sustento, habitação, roupa, tratamento de moléstias, como também educação e instrução se o alimentário for menor. Para Amílcar de Castro, magistrado e mestre de direito, alimento, no sentido jurídico, é tudo que alguém necessita para viver, ou tudo que se faça necessário à realização do direito à vida.

O salário, o vencimento, a remuneração de quem trabalha, como os proventos da inatividade não podem ser objeto de arresto, sequestro ou penhora; entanto, na forma da lei civil, respondem pela prestação de alimentos. E tanto assim é que o citado Código do Processo prescreve:

Art. 919. Quando a execução tiver por objeto prestação alimentícia, esta será efetuada mediante desconto em folha, se o executado for funcionário público, ou militar, ou a estes for equiparado, ou pertencer a profissão regulamentada pela legislação do trabalho.

Parágrafo único. Para esse efeito o juiz comunicará a decisão à autoridade ou pessoa competente, individualizando devedor e credor.

As dívidas de natureza alimentar, ainda pelo Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispôs sobre a organização e proteção da família, se deu tratamento excepcional, como testifica o art. 7.º desse diploma :

Sempre que o pagamento da pensão alimentícia, fixada por sentença judicial ou por acôrdo homologado em juízo, não estiver suficientemente assegurado, ou não se fizer com inteira regularidade, será ela descontada, a requerimento do interessado e por ordem do Juiz, das vantagens pecuniárias do cargo ou função pública ou do emprêgo em serviço ou empresa particular, que exerça o devedor, e paga diretamente ao beneficiário.

Anteriormente, já a própria lei administrativa admítia a possibilidade do desconto em folha de pagamento das cotas destinadas à subsistência de cônjuge e descendentes, diante da determinação judicial, mesmo excedendo a percentagem prefixada regulamentarmente.

Eis o art. 1.º do Decreto n.º 841, de 9 de dezembro de 1938 :

“O desconto obrigatório da cota de subsistência de cônjuge e filhos, determinada em sentença judiciária, ao qual se refere o item IV do art. 3.º do Decreto-lei n.º 312, de 3 de março de 1938, poderá exceder às percentagens fixadas no art. 4.º e seu parágrafo único do mesmo decreto-lei.

IV — Pelos despachos, informações e pareceres constantes do processo, o óbice encontrado para a entrega efetiva da pensão alimentícia arbitrada pelo Juízo de Menores reside na circunstância de ainda não haver recebido o devedor dos alimentos, funcionário aposentado do Ministério da Fazenda, os proventos de sua inatividade. Estes são os constantes da folha de pagamento dos aposentados 4.105-76, não havendo mais dúvida quanto à sua importância.

Conseqüentemente, nada impede que nessa folha seja averbada a consignação alimentícia a favor do menor a quem se referem os citados ofícios de fls. 1, 4 e 6.

Exarada essa averbação, a efetiva entrega ao alimentário, na pessoa de quem falam e indicam os mencionados ofícios, dependerá tão somente, exclusivamente, de se verificar que, no mês respectivo, ainda vivia o inativo. Não pode constituir razão suficiente para recusa do pagamento ao alimentário, ordenado judicialmente, o fato de não ter vindo receber o inativo os vencimentos a que tem direito. Não pode ficar ao libito do funcionário, condenado à prestação alimentícia, o pagamento desta ao alimentário, pois se assim se pudesse tolerar, o simples capricho do devedor dos alimentos viria a se erigir em obstáculo maliciosamente oposto à devida entrega da prestação indispensável, inadiável que a lei protege, assegurando pronta execução.

V — Dada a competência do Juiz que decretou o desconto da prestação alimentícia, pelo meio hábil que a lei prescreve, e sendo vitalícia a aposentadoria, com seus proventos, somente resta mandar que se faça a averbação na folha competente, e que se efetue o pagamento das aludidas prestações, logo que seja feita, por quem representa o alimentário, a prova de estar vivo o inativo condenado pelo Juiz da Vara de Menores, nos termos dos ofícios de fls. 1, 4 e 6.

Sem prejuízo da solução que acaba de ser proposta, dever-se-á emprazar a pessoa indicada para receber aquelas prestações de alimento, no sentido de trazer para o processo a certidão de registro de nascimento do alimentário,

e, assim, ficar comprovada a idade dêle, sabendo-se quando deverá cessar o desconto. Há sobradas razões para essa cautela, ainda mais porque consta do processo 230.874, de 1944, que o referido alimentário já chegou "a se formar em Contador pela Escola Técnica-Comercial São Francisco, situada à rua Mariz e Barros 1.107". E' isso uma alegação da pessoa autorizada a receber as pensões, em carta dirigida ao Senhor Presidente da República. Dessa mesma pessoa caberá exigir-se a prova de vida do menor, sem o que não convirá fazer o pagamento das prestações de alimentos.

Com essas exigências satisfeitas, estará completa a instrução do processo.

Revenha o processo à D.G.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 16 de fevereiro de 1945. —
João Domingues de Oliveira, Procurador Geral.